



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

**Eixo: Pobreza e desigualdade no capitalismo contemporâneo.**

**População em situação de rua e a questão da violência**

**Kelly Cristina de Oliveira Martinelli<sup>1</sup>**  
**Edson Marques Oliveira<sup>2</sup>**  
**Vivian Pilger Santos<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este trabalho é resultado de inquietações provocadas a partir do Tópico Especial de Serviço Social: Família, Educação, Sociedade e Violência, o qual foi ofertado pelo Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Serviço Social, área de Concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/*Campus* de Toledo-PR. Assim, o objetivo desta análise é abordar categorias como: sociedade e violência na perspectiva da população em situação de rua, bem como apresentar ações destinadas por este público na Política de Assistência Social.

**Palavras-chave:** População em Situação de Rua; Violência; Sociedade.

**Population in Street Situation and the Question of Violence**

**Abstract:** This academic study is the result of the restlessness caused by the Special Topic of Social Work: Family, Education, Society and Violence, which was proffered by the Stricto Sensu Postgraduate Program in Social Work, area of Concentration in Social Work, Social Policies and Human Rights of the State University of West Paraná - Unioeste/ Toledo-PR campus. Thus, the main goal of this analysis is to approach categories such as: society and violence from the perspective of the homeless people, as well as to present actions intended by this public in the Social Assistance Policy.

**Keywords:** Population in Street Situation; Violence; Society.

---

<sup>1</sup> Titulação (Mestranda do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Serviço Social, área de Concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/ Campus de Toledo-PR, turma 2016; Assistente Social graduada pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN Dourados – MS (2010). Especialista em Gestão Pública com Ênfase no SUAS – UEPG, Ponta Grossa PR). E-mail: kellyshekina@hotmail.com.

<sup>2</sup> Titulação (Doutor, Mestre e Bacharel em Serviço Social) e afiliação (Professor associado da Unioeste, curso de Serviço Social, campus de Toledo. Membro do Gepec e coordenador do Gesicur e coordenador do Programa Casulo Sócio-Tecnológico de Extensão.). E-mail: empreendedorsocial03@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Titulação (Mestranda do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Serviço Social, área de Concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/ Campus de Toledo-PR, turma 2017; Especialista em “Políticas Públicas e Questão Social” pela União Dinâmica de Faculdades Cataratas – UDC Medianeira em 2012) e afiliação (Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS I – PAEFI Adulto). E-mail: vivianpilger@hotmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das discussões e análises provocadas no Tópico Especial de Serviço Social: Família, Educação, Sociedade e Violência do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social – nível mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/ *Campus* de Toledo-PR. Desde modo, o referido estudo possibilitou a ampliação dos conhecimentos referentes as categorias: sociedade e violência e suas mediações com a população de rua.

Assim, o primeiro momento deste trabalho trará a relação da população em situação de rua na sociedade contemporânea, dando visibilidade a comunicação em massa e como ela influencia o restante da população na criação de estereótipos dos moradores de rua. Em seguida, será abordada a categoria violência e a relação com a população em questão. No terceiro momento será discutida a Política de Assistência Social para a população de rua e por fim, as considerações finais sobre o tema exposto.

## 2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Entre as década de 1980 e 1990 diversas inovações tecnológicas que alteraram os meios de produção, comunicação e transportes, aumentaram o fluxo de comércio e do capital internacional, o que, conseqüentemente, reduziu o número de postos de trabalho. Em consonância, o Estado também passou por transformações trazidas pelo neoliberalismo, o que acarretou no corte de recursos destinados as políticas públicas e o agravamento das expressões da “questão social”, dentre elas a violência. Realidade esta que atingiu diretamente a situação das famílias brasileiras, aumentando significativamente a vulnerabilidade. Em suma, a grave realidade social se apresentou por conta da lógica neoliberal que nesse momento histórico, estava sendo implementada nos países da América Latina a exemplo do que já estava ocorrendo com grandes potenciais com EUA e Inglaterra, notadamente essa lógica é marcada e expressa pela redução das políticas públicas e sociais e da responsabilidade do Estado. (HEIDRICH, 2006).

No que se refere as transformações expostas, a comunicação de massa tem um papel importante na generalização da violência, pois seus veículos exercem razoável influencia no espírito dos homens. As comunicações de massa passam determinada

imagem a população e a mesma passa a acreditar no que é vinculado. (HORKHEIMER; ADORNO, 1973).

Podemos notar a existência de uma relação entre a comunicação de massa e a imagem da população em situação de rua. Neste sentido, Horkheimer e Adorno (1973) afirmam que a cultura de massa apenas traz padrões que sempre se repetirão, com objetivo de formar uma estética ou percepção comum voltada ao consumismo. Diante disso, no que se refere à população em situação de rua, os primeiros adjetivos postos a está e vinculados pelos mecanismos de comunicação de massa são: “vagabundos”, “moram na rua porque querem”, “bandidos”, “ladrões”. Estereótipos estes, ligados intrinsecamente ao poder de consumo desta população, ou seja, no modo de produção capitalista o indivíduo só possui visibilidade pelo seu poder de consumo, caso contrário esta a margem da sociedade.

Ainda nessa linha de análise, essa questão é ainda mais grave quando percebemos a chamada “felicidade paradoxal”, apresentada por Lipovetsky (2007) caracterizada pelo desenvolvimento do capitalismo em suas dimensões simbólicas e materiais, onde o consumo deixa de ser um fator de status para se transformar em uma falsa necessidade de satisfação.

Quem tem poder aquisitivo consegue acompanhar a lógica de consumo e os que não tem, são estigmatizados e mais afastados da capacidade de serem considerados como seres humanos de fato. O que leva a uma distorção quanto a entender a vida e o viver em sociedade, como destaca Lipovetsky.

A sociedade do objeto apresenta-se como civilização do desejo, prestando um culto ao bem-estar material as alegrias do consumo, por toda parte ressoam os hinos aos lazes e às feias, tudo se vende com promessas de felicidade individual.” (LIPOVETSKY, 2007).

Nesta lógica, e contexto da sociedade do consumo e da felicidade paradoxal, os moradores de rua são vistos como indivíduos perigosos e desprezíveis, onde grande parte da população apresenta receio em vê-los pedindo esmolas, devido à aparência física: mal vestidos, mal cheirosos e sujos. Pensamentos estes que expressam o preconceito com a população de rua (MATTOS; FERREIRA, 2005).

A população de rua tem especificidades muito diferentes do restante da população, ou seja, são pessoas que vivem na exclusão social e estão inseridas num contexto

diferenciado de interação social, pois há rompimento dos vínculos familiares (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009).

### **3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A VIOLÊNCIA**

O tema violência é amplo e complexo. Na presente reflexão, pretendemos chamar a atenção para um tipo de violência. Antes, entendemos que violência, como sinalizado por Muchembled (2014), já existe a muito tempo, mas a palavra e o sentido de violência, surge com maior vigor no século XIII, principalmente retratando a ação de um ser humano em relação a outro ser humano.

Segundo esse autor, a palavra violência vem do latim *vis* que significa força ou vigor, ou seja: “[...] caracteriza um ser humano de caráter irascível e brutal. Define também uma relação de força que visa submeter ou constranger o outro.” (MUCHEMBLED, 2014, p.17).

Nesse sentido, a violência ao longo da história da humanidade não se limitou a ação física de uma pessoa contra outra, mas outros tipos de violência foram sendo aprimorados. Na ênfase que queremos aqui refletir, destacamos que a ausência de condições de vida, tratamento digno e acesso a direitos, caracteriza-se como um tipo de violência, pois gera constrangimento, e um tipo de dominação sobre uma classe de pessoas e outra com condições inferiores gerados por processos cada vez mais do aprofundamento da desigualdade, como ressalta o estudo de Piketty (2013).

Logo, e em se tratando da violência contra a população de rua é necessário entendermos que o debate perpassa pela centralidade da categoria “questão social” e suas expressões no âmbito da sociedade capitalista, compreendendo que essa população estabelece relações sociais, conseqüentemente sujeitos de direitos humanos e sociais.

Podemos ainda destacar que a violência é uma constante na história da humanidade e hoje é meio de ataque, mas também de defesa. Ela exprime um inconformismo radical em relação às imperfeições da sociedade. O autor ressalta que uma das condições básicas de sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais. (ODALIA, 1985)

A Organização Mundial da Saúde - OMS define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um

grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Junior (2007) cita Michaud ao tratar o tema destaca que existe um elemento de força física identificável com seus efeitos, e de transgressão, vinculando ao dano a uma ordem normativa. Como dano físico, a violência é facilmente identificável, porém, como violação de normas, quase qualquer coisa pode ser considerada uma violência.

A violência sempre existiu ao longo da história, mas assume novas configurações no contexto da exploração do trabalho. Diante disso, analisar a violência num contexto social perpassa por questões de ordem econômica, social e política, expressas na função do Estado em garantir a segurança pública. A violência torna-se prerrogativa do Estado como recurso de segurança e controle de criminosos, marginais ou rebeldes encontrados nas diversas instituições sociais. (STIVAL; JUNGES 2009).

Ainda para estes autores a violência na sociedade contemporânea é tratada a partir de duas abordagens principais, que partem de pressupostos diversos: um que supõe que a violência faz parte da natureza do ser humano e outra que entende que a violência é socialmente produzida. Delimitando assim:

Numa visão marxista, a violência institui-se na construção da história e no modo como se organizam as relações econômicas, sociais e políticas. Dentro dessa perspectiva, a violência aparece vinculada à exploração do homem pelo homem e ao desenvolvimento do modo de produção. (STIVAL; JUNGES, 2009).

Portanto, os escritos de Marx são importantes na compreensão do desenvolvimento da força de trabalho e sua ligação com os mecanismos de violência, cuja raiz está na exploração do trabalho e na sua transformação em mercadoria. A leitura de Marx é um pressuposto para a compreensão da violência, porque reflete sobre a estrutura econômica e social que geram as condições para a violência social que permeiam as relações humanas (STIVAL; JUNGES, 2009).

A compreensão de violência exige, antes de tudo, o reconhecimento de que se trata de um fenômeno mundial, histórico e multideterminado, enredado às questões macrosociais de conceituação complexa. Assim, já se sabe que esse fenômeno faz parte da chamada “questão social”, sendo uma de suas expressões mais fortes, revelando a exacerbação das relações e dos problemas que podem ser considerados fatores desencadeantes de conflitos, distúrbios, formas de dominação e de opressão (JUNIOR, 2007).

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Portanto, a gênese da “questão social” encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca a sociedade capitalista, a qual vai assumindo roupagens distintas em cada época. Assim, dar conta da “questão social”, hoje é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. (CISNE, 2012).

Nesse sentido, Cisne (2012, p. 103) ainda argumenta que as lutas contra as opressões culturais (de raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, meio ambiente, nacionalidades etc.) são, fundamentalmente, recortes das desigualdades sociais – de classe.

Diante disso, as expressões da “questão social” são postas para a intervenção do Estado, o qual passa a formular políticas públicas que respondam a esta realidade. Lembrando que este momento na busca por garantia de direitos é de grande tensão e luta.

#### **4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A POLÍTICA PÚBLICA**

Nas últimas décadas, nota-se o crescimento da população em situação de rua no Brasil. Esse fenômeno é composto por fatores bastante heterogêneos, que vão desde falta de emprego, rompimento de vínculos familiares, migração em busca de condições e qualidade de vida melhor, saúde mental fragilizada, uso de drogas e entre outros.

Para Andrade (2009), as pessoas em situação de rua podem ser crianças, adultos, jovens ou pessoas idosas. As causas que as levaram a morar na rua podem ser diversas: falta de emprego, abandono da família, problemas psicológicos. Ainda segundo o autor, esta população possui um modo de vida, imediatista, ou seja, vivem o hoje, pois não sabem o que poderá acontecer no dia seguinte. Ainda, estão expostos a realidade da violência e da falta de recursos.

Ainda vale afirmar que, as pessoas em situação de rua possuem casas nas ruas, são lares improvisados em espaço que o estado atribui ao público, e são utilizados pelos moradores como casas. Lembrando que na maioria das vezes estes lares são destruídos

pela policia, com o intuito de “devolver” para a sociedade as praças, parques e calçadas utilizadas pelos moradores de rua (BOZZI, 2006).

O preconceito destinado a população de rua faz com que ela esteja relacionada ao crime e a violência. Por vezes, os estereótipos são: traficantes, assassinos e ladrões. Esta realidade ocasiona cada vez mais a perda dos direitos de cidadãos à esta população (RODRIGUES, 2005).

A exposição da miséria nas ruas, conseqüência do aumento das desigualdades sociais no mundo capitalista e globalizado, é um fenômeno urbano que cresce nas grandes metrópoles brasileiras, gerando violências e minimizando o acesso aos direitos (BRITO, 2006).

Vale destacar aqui que a população em situação de rua primeiramente busca obter rendimentos para as necessidades básicas como a segurança e um teto. Os locais são escolhidos conforme a oferta de água, alimentos ou de doações, sendo o mais difícil encontrar um local fixo para tomar banho, lavar as roupas e limpar os pertences.

O dia a dia dessa população gira basicamente em torno de dois eixos: a busca por meios de sobrevivência (“bocas de rango”) para alimentação, associações para cuidados com a higiene pessoal, albergues para descanso e segurança noturnos, por exemplo e a busca por trabalhos temporários, como bicos na construção civil, ou o recolhimento de materiais recicláveis para venda (GHIRARDI *et al.*, 2005).

Alvarez *et al.* (2009) complementam que a exclusão é algo bastante presente na vida das pessoas em situação de rua, a sociedade simplesmente os apaga e estes passam a ser como se não existissem como se estivessem fora do contexto social, não sendo mais reconhecidos como seres humanos.

Ainda é valido afirmar que o preconceito é algo presente na vida das pessoas em situação de rua. A sociedade ainda rotula estas pessoas como algo imoral, perigoso, ruim. O preconceito é algo tão presente no Brasil que no livro de Giorgetti (2006) é relatado que 58,2% dos médicos já viram um colega evitando atender uma pessoa em situação de rua, pois muitos associam estas pessoas à criminalidade e também devido ao mau cheiro, muitos preferem não atendê-los.

Diante dessa realidade e significativamente por meio da mobilização dos próprios moradores de rua foi criado e instituído o decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que regulamenta no Brasil a Política Nacional para a População em Situação, documento este que reconhece estes sujeitos e a sua realidade social. Este decreto reconhece por

população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

No que se refere a políticas públicas direcionadas a população de rua, existe a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a qual é regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Dentro desta política foi instituído o SUAS – Sistema Único de Assistência Social que consiste na regularização e organização em todo território nacional das ações socio-assistenciais. Ações essas, baseadas nas orientações PNAS. Os serviços, programas e benefícios têm como objetivo atender às famílias, seus membros e indivíduos, estando as suas ações focadas no desenvolvimento das potencialidades de cada um e no fortalecimento dos vínculos familiares. Nesta concepção, o SUAS é a organização de uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades que se reorganizam por níveis de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada as famílias e os indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Na ótica da proteção social especial, com vistas a Política Nacional para a População em situação de Rua e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais do SUAS cria-se os Centros de Referência Especializado para atender essa população – Centro POP. Estes consistem em uma unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Centro POP representa espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção

ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social. (BRASIL, 2014).

Importante destacar o trabalho da rede de garantia de direitos para a população de rua, pois o trabalho intersetorial permite apresentar a esta população tão fragilizada expectativas e a real efetividade no acesso aos direitos e a cidadania

Diante disso, vale destacar que a Constituição Federal de 1988 afirma que é direito de todos: a saúde, a educação, ao lazer, a alimentação e a segurança, não fazendo distinção entre população de rua e não população de rua.

Diante disso, a realidade da

População em situação de rua é um tema complexo, cercado de contradições e mitos, o qual recentemente vem adquirindo visibilidade por parte da sociedade e gestão pública. Um dos elementos que contribuiu para desnudamento da questão é a expansão da crise estrutural do capital financeiro, o qual impõe formas de ressarcimento do ciclo produtivo pautado na intensificação do trabalho somado ao aumento no desemprego e na instabilidade ou informalidade do trabalho, o que supõem a emergência de sujeitos espoliados, isto é, à margem do mundo do trabalho (QUEIROZ, 2009).

Segundo Silva et al. (2015) o fato de existirem muitas pessoas desempregadas, geram cada dia mais pessoas em situação de rua, sabe-se que este não é único motivo, porém pode ser tido como um dos motivos principais. Isso ocorre, visto que se tem a acumulação de riquezas de um lado e do outro, um grande acúmulo de miséria, essa injusta distribuição ocasiona o pauperismo:

O pauperismo é a parte da superpopulação relativa composta dos aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado, dos órfãos e filhos de indigentes e dos incapazes para o trabalho (as pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho, pessoas idosas, enfermos etc.) É a camada da superpopulação relativa que vive em piores condições (SILVA et al., 2015).

Ianni (2002) complementa que, o desemprego estrutural pode ser visto como um produto simultaneamente político-econômico e sociocultural do processo de destruição criativa. O mesmo processo fundamental a organização e dinâmica do capitalismo organizam e dinamizam o desemprego não só conjuntural ainda estrutural, que poderão envolver a marginalização, exclusão, pobreza, miséria ou outras formas de pauperismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão realizada, a realidade da população em situação de rua brasileira teve avanços no que se refere às políticas de combate à pobreza. Ainda vale destacar que, as diversas formas de violações de direitos, agravadas pelo sistema capitalista que é marcado pela geração de desigualdades, que por sua vez, dissemina um tipo de violência, a marginalização sistematizada e o não acesso a direitos e condições reais de inclusão social, colocam a população em situação de rua em extrema vulnerabilidade e risco social.

Embora a desigualdade social e a situação de violência estejam, na realidade dessa população, de forma mais incisiva, o atual desenho da política social e dos movimentos sociais, mesmo que de forma incipiente, fomentam a luta pela emancipação política, como dignidade, a justiça e a cidadania. Vale lembrar que, a totalidade dessa garantia de direitos só será efetivada por meio da mudança do modo de produção e conseqüentemente da ordem social.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. M. S.; ALVARENGA, A. T.; DELLA RINA, S. C. S. A. Histórias de Vida de Moradores de Rua, Situações de Exclusão Social e Encontros Transformadores. **Saúde Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-272, 2009.

ANDRADE, C. F. de. **Quem são Moradores de Rua?** 2009. Disponível em: <<http://cf-andrade.zip.net/>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

ARGILES, M. S.; SILVA, V. R. Assistência social e população em situação de rua. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5.; 2011. **Anais...** 2011. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DA\\_SEGURIDADE\\_SOCIAL/ASSISTENCIA\\_SOCIAL\\_E\\_POPULACAO\\_EM\\_SITUACAO\\_DE\\_RUA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf). Acesso em: 19 jun. 2015.

BOZZI, A. H. P. Moro Onde Não Mora Ninguém: Praça Raposo Tavares, s/n., Maringá, PR/ BR. **Revista Urutaguá- revista acadêmica multidisciplinar**, Maringá, v. 6, abr./maio/jun./jul. 2006.

BRASIL. Centro POP - **Para população de rua**. Brasília (DF), 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/centro-de-referencia-especializado-para-populacao-de-rua>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

BRASIL. **Proteção Social Especial**. 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/perguntas-e-respostas/arquivos/1pse-institucional.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

CANTARINO, C. A organização internacional dos moradores de rua. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 6-7, jan./mar., 2005.

CARNELÓS, F. F. **População em situação de rua**: usuários do serviço prestado pela instituição Casa da Sopa no município de Umuarama – PR. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social)-Universidade Paranaense – UNIPAR, Umuarama, 2013.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez., 2005.

GIORGETTI, C. **Moradores de Rua**: uma questão Social? São Paulo: FAPESP; EDCU, 2006.

HEIDRICH, Andrea Valente. **Transformações no Estado capitalista**: refletindo e refratando transformações na questão social. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1019/799>>.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 132-150.

IANNI, Octávio. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 7, n. 12, p. 7-30, 2002.

KUBOTA, A. C.; PIRES, C. B.; NEVES, L. P. O morador de Rua: perspectivas conceituais. **Centro Universitário São Camilo**, v. 2, n. 2, p. 223-233, 2008.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. **Estud. psicol.** Campinas, v. 22, n.1, p.23-32, mar., 2005.

OLIVEIRA, H. S. M.; OLIVEIRA, M. H. de. **A população de rua e as relações capitalistas**. 2009. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/894/870>. Acesso em: 19 de jun. 2015.

QUEIROZ, M. C. de. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: segurança pública, fraternidade ou justiça social? **Fraternidade e Ciência**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 78-89, nov. 2009.

RODRIGUES, R. I. O Lugar Dos Pobres e a Violência na Cidade: Um Estudo Para o Município de São Paulo. In: IPEA. **Economia Social e Demografia Econômica**. Brasília (DF), 2005

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.9-73

SILVA, A. C. R. et al. **População em situação de rua: desafios, avanços legais e possibilidades**. 2015. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/3688/3445>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SILVA, M. L. da. **Trabalho e População em situações de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. 293p.

SILVA, Helena Mendes da. **Vidas nas ruas: solidariedade e resistência entre crianças e jovens**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- PUC – São Paulo, São Paulo 2008.

TORRES, M. L. Moradores de Rua no centro de Triagem da Fundação Leão XIII: Experiências, reflexões, e relações interpessoais. **Democratizar**, v. 2 n. 1, p. jan./abr., 2008.

MUCHEMBLED, Robert. **Uma história da violência: do final da idade média aos nossos dias**. Tradução de Luis Felipe Sarmiento. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2014

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Sara adamopoulos. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2013

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade Oaradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.